



PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

“CONSTRUIR PODER POPULAR” - ELEIÇÕES 2018

GOVERNADOR: TÁRCIO TEIXEIRA - 50

COGOVERNADORA (Vice): ADJANY SIMPLICIO

1. APRESENTAÇÃO

O Programa de Governo do PSOL para Paraíba tem como propósito atender às exigências da Justiça Eleitoral Brasileira para o registro das candidaturas a Governo no Estado, neste pleito de 2018; mas vai muito além disso, é a oportunidade de socializar com a população da Paraíba nossas propostas que são resultantes dos diálogos estabelecidos entre nós dos partidos (direção, militantes, filiados) que compõem a Coligação “Construir Poder Popular” (PSOL, PCB e UP), militantes dos diversos segmentos dos movimentos sociais e conhecedores/pesquisadores das diversas áreas/temáticas abordadas, que aceitaram nossos convites, se dedicaram e foram/são partícipes dessa construção coletiva. Importante registrar, que os diálogos foram estabelecidos a partir das categorias realidade e possibilidade. Partimos das vivências individuais e coletivas dos participantes em seus respectivos espaços de atuação, o que resultou neste documento.

O Programa aqui apresentado, construído de forma coletiva, é parte de um projeto nacional representado nas candidaturas e no programa defendido por Guilherme Boulos e Sônia Guajajara, candidatos a Presidente e Copresidenta da República pelo PSOL.

O presente documento é resultado da participação direta da sociedade civil organizada e indivíduos que querem contribuir com a transformação social em nossa Paraíba. Foram 20 temas debatidos, em 14 momentos, 11 deles com transmissão pelo facebook. Os debates foram descentralizados, ocorreram em 6 cidades diferentes (João

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

Pessoa, Santa Rita, Conde, Campina Grande, Caturité e Monteiro). Foram milhares de pessoas atingidas, presencialmente e virtualmente. Participaram dessa construção coletiva: assistentes sociais, professores/as, engenheiros/as, pedagogos/as, advogados/as, contadores/as, médicos/as, policiais civis e militares, analfabetos/as, pessoas sem o primeiro grau completo, técnicos em diferentes áreas temáticas, profissionais de biodança, servidores/as públicos/as, profissionais da imprensa, representantes dos movimentos sociais, entre outra enorme diversidade que fez parte desse processo de construção.

Durante esse processo de construção coletiva reafirmamos a nossa disposição em constituir uma gestão que tenha como princípio a dignidade humana, o que só viável com participação popular, em uma gestão horizontalizada que se pautela pelas demandas da população.

Segue abaixo o detalhamento de parte do que realizaremos no Governo do Estado da Paraíba, é relevante destacar que este Plano é apenas um ponto de partida, o diálogo não se esgota nessa construção, ele será permanente e é necessário a participação **dos diferentes atores e sujeitos**, durante todo o período de governo. Assim sendo, estruturamos este Programa de Governo, trazendo os seguintes tópicos: **2. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES; 3. DEMOCRATIZAR A PARAÍBA - DESENVOLVIMENTO COM RESPEITO AO SER HUMANO; 4. CONSTRUIR PODER POPULAR; e 5. DESPRIVATIZAR O ESTADO E GARANTIR POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS.**

2. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Os Princípios e as Diretrizes deste Programa garantirão a inversão da lógica orçamentária do governo do Estado da Paraíba, compreendendo e reforçando que este Orçamento, como determina a legislação, é um documento único, devendo assim ser visto como um todo, deste modo, por mais que existam os devidos repasses do duodécimo, essa unicidade deve ser tratada e decidida com participação popular.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

Estabelecer a cultura do diálogo e da transparência e devolver as Políticas Públicas para as pessoas que aqui vivem permitirão não apenas mudar a Paraíba, mas contribuir para construção de uma sociedade sem exploração de classe e, desde já, combatendo todas as formas de discriminação, seja ela em função de classe social, cor/raça, crença, orientação sexual, regionalidade ou nacionalidade. A estrutura das Secretarias precisam ser revista. A reestruturação das Secretarias será debatida com a população, desmanchando de vez a política dos acordos e seu “toma-lá-dá-cá”; os demais cargos comissionados, após o devido enxugamento, serão ocupados por servidores/as de carreira de cada área e escolhidos/as entre seus pares.

A participação popular na administração pública será a marca do governo do PSOL, bem como a transparência na gestão pública e a publicidade dos atos de governo que, para nós, são ferramentas de prevenção da corrupção. Na gestão do PSOL os atos de governo terão base na promoção da dignidade humana, na busca igualdade social e na garantia da manutenção dos direitos; o governo terá como função construir mecanismos de participação popular no âmbito do estado.

São princípios norteadores do nosso plano de governo:

- 1– A defesa da liberdade, do pluralismo político, da democracia e dos direitos humanos;
- 2– A defesa da supremacia do interesse público sobre os interesses privados;
- 3– O condicionamento do direito de propriedade privada ao efetivo cumprimento da função social da propriedade e a defesa de um meio ambiente saudável para todos;
- 4– O diálogo e a transparência como mecanismos fundamentais na gestão coletiva das políticas públicas;
- 5– Ter uma conduta ética, combater a corrupção e punir dos corruptos como dever de todo governante e cidadão;
- 6– O ecossocialismo como condição fundamental para sobrevivência da humanidade em meio a seu desenvolvimento econômico e social;

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

7- A garantia da participação popular nas decisões, acompanhamento e avaliação do Governo (análise de vetos, referendos e plebiscitos).

São diretrizes e metas do nosso governo:

1- Gestão participativa e avaliação periódica de desempenho dos diversos órgãos públicos, com participação dos usuários no processo de avaliação e no apontamento de medidas preventivas e corretivas. Criaremos o Sistema Estadual de Decisão, Monitoramento e Avaliação Popular com o objetivo de construir uma gestão na qual o Poder Popular seja parte da administração do Governo da Paraíba. O Congresso do Povo será a maior instância do Sistema;

2- Realizar uma auditoria popular sobre a situação atual do Estado da Paraíba para identificar como está a situação financeira, quem são credores e devedores, a situação dos contratos públicos, a dívida do Estado, os/as servidores/as públicos e a infraestrutura básica. Essa auditoria será construída com a participação da sociedade civil e seus auditores serão escolhidos por sorteio em espaços públicos, considerando os diferentes campos de saber e a diversidade das organizações da sociedade civil, de forma a preservar a autonomia e a independência do levantamento contábil, operacional e financeiro;

3- Publicar regularmente, e de forma didática e acessível, a Prestação de Contas do Estado na imprensa local e na rede mundial de computadores, especificando receitas e despesas do período de forma que qualquer pessoa possa entender e avaliar a situação orçamentária e financeira do Estado. O sistema de prestação de contas do Estado deverá conectar seus dados com as informações de gestores, servidores/as e fornecedores aos sistemas da Receita Federal e da Justiça Eleitoral, podendo as informações serem localizadas por CPF e CNPJ, facilitando a fiscalização por parte da população e dos órgãos de fiscalização;

4- Profissionalizar e moralizar a máquina pública com a contratação imediata dos/as aprovados/as em Concurso Público e a realização de concurso nas diferentes Secretarias e

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

demais instâncias do Governo para garantir o funcionamento das políticas públicas. Evitando o aparelhamento político questionado pela população e garantindo o direito de que os/as contratados/as, nas formas mais precárias existentes, possam ter o direito de efetivar seu vínculo por meio de Concurso;

5- Estabelecer a concorrência pública como critério fundamental para a seleção de qualquer contrato com o Governo, inclusive na área de transporte, comunicação e publicidade;

6- Reestruturar as Secretarias e a quantidade de seus cargos comissionados, reduzindo-os e garantindo a escolha de forma democrática. Essa estrutura precisa ser compreendida como uma rede que deve trabalhar de forma articulada e tendo como foco a coletividade, não sendo confundida como cabide de empregos ou negociatas políticas. Transversalidade das demandas e interseccionalidade das políticas públicas, essa são outras importantes diretrizes a serem compreendidas na estruturação das Secretarias e Serviços Públicos;

7- O defesa do Estado laico em todas as ações ou planejamento do Governo.

3. DEMOCRATIZAR A PARAÍBA - DESENVOLVIMENTO COM RESPEITO AO SER HUMANO.

O desenvolvimento é garantia de condição de vida plena para população, em equilíbrio com a necessária proteção ambiental, proteção do meio ambiente, preservando as condições de vida presente e futura. Assim, passa pela democratização econômica, da produção e do consumo, pela reapropriação dos territórios, pela valorização dos saberes tradicionais e seu diálogo com outros conhecimentos advindos da academia. Não permitiremos que a Paraíba siga sendo devastada pelo capital, ocupada prioritariamente por fábricas de cimento, pela mineração descontrolada ou pelo poder do agronegócio.

Estagnar o espontaneísmo desordenado das tentativas de desenvolvimento sem o planejamento adequado é o primeiro passo para pensar um desenvolvimento econômico que exista de modo a garantir o desenvolvimento humano. Para construir o **Plano de Desenvolvimento da Paraíba** começaremos com a realização de um zoneamento econômico do território estadual de modo que os investimentos públicos e privados sejam

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

direcionados e racionalmente potencializados, gerando mais emprego e melhores condições de vida para todos.

A organização do Sistema de Manutenção Preventiva e Corretiva da infraestrutura básica do Estado (estradas, porto, aeroportos, escolas, hospitais e prédios públicos de uso comum do povo) com relatórios periódicos publicados para conhecimento e avaliação da população deve ser acompanhado pelo Sistema Estadual de Decisão, Monitoramento e Avaliação Popular, pensando o Estado como um todo e mudando a triste lógica já conhecida dos que vivem na Paraíba, o favorecimento dos acordos políticos.

Memória e organização é parte necessária do desenvolvimento de qualquer Estado. Na Paraíba o Governo do Estado não tem o devido cuidado com suas informações e sua história. Vamos criar o Programa de Gestão Documental e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, em parceria com a UEPB, envolvendo todos os órgãos da administração pública, garantindo eficiência na administração pública e transparência no acesso à informação.

Ao tempo que for sendo elaborado e implementado o Plano de Desenvolvimento da Paraíba, é fundamental a revisão da legislação estadual com o objetivo de fazer uma justiça fiscal que tenha impacto na ampliação da arrecadação para os cofres públicos e que, ao mesmo tempo, reduza a carga tributária para o cidadão comum, no consumo e nos serviços.

A Cultura não pode ser secundarizada em nenhum plano de desenvolvimento, especialmente em nosso programa que busca *Construir Poder Popular*, reconhecendo e valorizando as diferenças regionais e as especificidades das comunidades e povos tradicionais e originários. São inerentes a esse processo os empreendimentos coletivos, redes associativas, cooperativas e arranjos produtivos de natureza cultural, vinculados às diversas áreas e linguagens artísticas, bem como as variadas etapas de sua cadeia de produção, impulsionando a inovação e a sustentabilidade no campo cultural. Uma política de cultura ampla passa também pelo reconhecimento de seu potencial gerador de riquezas, dado que seu principal insumo é fonte inesgotável: a criatividade. Limpa, sustentável e potente, a cultura na dimensão econômica nos coloca em outro patamar de desenvolvimento para o estado da Paraíba.

Outro aspecto ainda desprivilegiado pelas últimas gestões foi o turismo, centrado (ainda de forma precária) nos grandes centros e vinculado ao médio e grande empresariado. Estruturaremos o turismo na Paraíba com base em pesquisa e construção

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

coletivas com representantes do Congresso do Povo, o **Programa Paraíba para Todos/as**. Este programa garantirá que as pessoas de outros estados e países venham visitar nosso estado com mais regularidade, mas também como uma forma de permitir que o povo da Paraíba conheça e viva a Paraíba como um todo. Trataremos o Paraíba para Todos/as de forma transversal entre as diferentes políticas públicas, a exemplo: da relação com a tecnologia, com o desenvolvimento de aplicativos colaborativos; passando por emprego e renda, por meio das hospedagens cidadãs, garantindo renda ao povo; científico, por meio das experiências que desenvolveremos na saúde e agricultura; e da riqueza cultura da nossa Paraíba para além das datas comemorativas.

No governo do PSOL vamos inverter a lógica das políticas de desenvolvimento do Estado da Paraíba. Com o objetivo de gerar renda para todo/as os/as paraibanos/as, vamos construir cooperativas de trabalhadores/as por todo o Estado. Desta forma, a partir dos resultados do zoneamento econômico, vamos atuar na organização de trabalhadores/as que dominam determinado ofício, para que estes possam se organizar na forma de cooperativas de produção e, com isso, possam reduzir seus custos, adquirir novas tecnologias e melhorar seus processos produtivos, tornando seus produtos mais competitivos no mercado local e nacional. Como forma de financiar as operações das cooperativas de produção o Governo do Estado contribuirá também na constituição de cooperativas de créditos e, por fim, o governo do PSOL vai garantir assistência para a criação das cooperativas de comercialização da produção. É importante salientar que a constituição e o funcionamento das cooperativas contará com total assistência técnica e gerencial do Governo do Estado da Paraíba, que também passará a ser consumidor dos produtos destes empreendimentos.

4. CONSTRUIR PODER POPULAR

A Paraíba não pode seguir com leis sendo descumpridas, instâncias participativas desrespeitadas, servidores/as desvalorizados/as e tratados com truculência pela gestão pública e pela estrutura do Estado em seu aspecto político ou organizacional atrelada a velha política. A gestão pública precisa definitivamente ser modernizada, isso significa: garantir a participação popular, valorizar o/a servidor/a e garantir uma estrutura que possibilite o planejamento e o funcionamento do Estado nos diferentes serviços vinculados às suas Secretárias e as Políticas Públicas sob sua responsabilidade.

A participação popular na questão orçamentária não se limitará a migalhas do orçamento, será desde a elaboração das Diretrizes Orçamentárias até a construção da Lei

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

de Orçamentária Anual e seu monitoramento. O Orçamento e Liberdade será a instância institucional, vinculada diretamente ao Congresso do Povo, responsável por essa área específica da gestão pública.

A Secretaria de Estado de Comunicação Institucional será transformada na Secretaria de Estado de Política Pública para a Comunicação Social, saindo do campo da propaganda institucional (e do Governador) e passando a ter uma dimensão de Políticas Públicas na política de Comunicação Social do Estado. A Secretaria de Cultura não pode ser mera figuração, já que não existe Servidores/as concursados em sua estrutura ou mesmo equipes específicas em suas gerências, limitando suas ações a esfera administrativa e não produzindo Políticas Públicas para o Estado como um todo, essa debilidade será resolvida em nosso Governo.

A reestruturação das Secretarias serão debatidas no Congresso do Povo, instância que decidirá a melhor forma para escolha dos/as Secretários/as de Governo e demais membros do Primeiro Escalão do Governo, desmanchando de vez a política dos conchavos políticos e seu toma-lá-dá-cá; os demais cargos comissionados, após o enxugamento necessário de sua quantidade, serão ocupados por servidores/as de carreira de cada área e escolhidos/as entre seus pares.

A transversalidade das diferentes Políticas Públicas é algo que precisa ser imediatamente implementada na Paraíba, para isso todas as Secretarias precisam trabalhar de forma articulada, elemento que perpassa não só a elaboração de ações específicas, como a otimização dos recursos públicos. Além dessa conexão entre as Secretarias, existem alguns aspectos que perpassam todas as Secretarias e Políticas Públicas e, ao mesmo tempo, possuem suas especificidades e precisam ser compreendidas como prioritárias, devendo ser articuladas por Secretarias Específicas que serão criadas em nosso Governo, são elas: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Secretaria Intergeracional da Infância, Juventude e da Pessoa Idosa; e o desmembramento da Secretaria da Mulher e Diversidade Humana, reivindicada pelos movimentos sociais.

Em uma análise mais cautelosa e contando com o apoio dos diferentes Conselhos de Direito, estudaremos a melhor forma de estruturar as Fundações, pois possuem caráter específico e uma urgente necessidade de serem estruturadas em seu caráter transversal. Um exemplo claro do que vamos promover com essa reestruturação é o trabalho que desenvolveremos na FUNAD, interiorizando suas atividades e transversalizando suas ações com as diferentes Secretarias de Governo, ampliando os serviços e as formas de atender as pessoas com deficiência; e a FUNDAC, onde daremos fim a superlotação nas unidades de internação para adolescentes envolvidos/as em atos infracionais e

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

acabaremos com a política de segurança privada nessas unidades, realizando concurso público para equipe técnica especializada e para agentes educativos, transformando essas unidades no que de fato elas deveriam ser, Unidades Socioeducativas.

A modernização da Administração do Estado não virá apenas da reestruturação das Secretarias e da lógica de funcionamento do Governo, ainda é fundamental ampliar e aperfeiçoar o corpo de servidores/as e garantir as devidas condições de trabalho; e modernizar a infraestrutura tecnológica. A Ingerência político/administrativa sobre o trabalho técnico é outro método que será duramente atacada pela gestão *Construir Poder Popular*.

A Granja Santana será transformada em um espaço voltado para as políticas públicas. As despesas pessoais do Governador e Cogovernadora será custeada por seus próprios salários. Os salários dos políticos serão debatidos com a população e terão relação direta com a média salarial dos que vivem na Paraíba. Chega de privilégio!

A Coordenação do Congresso do Povo terá vinculação direta com o Gabinete do Governador e será responsável pela articulação dos diferentes Conselhos de Direito e suas Conferências, inclusive pelo Conselho Estadual de Política Salarial e Aprimoramento das Políticas Públicas.

Respeitaremos a autonomia dos Poderes, o que não significa apenas fazer repasse do duodécimo como determina a Lei, é fundamental a existência do diálogo e das ações conjuntas, além do exemplo prático nas ações do Governo, entendemos, por exemplo, que a partir do momento que o Governo do Estado passar a respeitar e valorizar os/as servidores/as, o mesmo será feito pelo Ministério Público da Paraíba- MPPB e pelo Tribunal de Justiça da Paraíba- TJPB, diferente do que vemos hoje, situação que o TJPB enfrenta uma grande campanha dos/as Servidores/as em busca de sua valorização e que os/as servidores/as do MPPB que buscam elementos básicos, como o cumprimento do PCCR, concurso público e condições de trabalho.

Respeitar a autonomia não significa não dialogar e sugerir questões relacionadas ao TJPB e ao MPPB. Entendemos ser necessário construir medidas no sentido do não fechamento de comarcas e uma nova lei de custas e emolumentos que possibilite a redução das Custas Processuais no Estado, medidas que, em conjunto com a estruturação da Defensoria Pública, são fundamentais na garantia do direito a Justiça.

Falar em acesso a Justiça sem a devida garantia do Direito de Defesa é um grande faz de conta, é essa a situação da Paraíba, é urgente que a Defensoria Pública seja estruturada como a população precisa. A construção de uma sede própria e adequada a

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

projeção de crescimento que ela terá em nosso Governo, respeito a sua autonomia na garantia legal no repasse do duodécimo, concurso para Defensor Público e para quadro próprio de Analistas, Técnicos e Administrativos, são as medidas imediatas para o fortalecimento da Defensoria Pública e o aprimoramento na garantia do Direito a Justiça, já que outros elementos dependem também das prioridades elencadas pelo TJPB e pelo MPPB.

A Assembleia Legislativa da Paraíba não pode viver refém do Executivo, muito menos a população refém da Assembleia Legislativa e os acordos existentes entre Deputados/as, Secretários/as e Governador. O Congresso do Povo debaterá também a pauta da Assembleia Legislativa, instância que terá suas deliberações legais acatadas pela gestão de Tarcio e Adjany no Governo.

5. DESPRIVATIZAR O ESTADO E GARANTIR POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS

As Políticas Públicas não são benesses de um Governante, mas uma conquista da classe que vive do trabalho em suas históricas reivindicações. Por esse motivo apresentamos algumas medidas do nosso futuro Governo, mas sempre abertos para construção coletiva das medidas necessárias para a garantia de direitos.

5.1 - ORÇAMENTO E LIBERDADE

As propostas apresentadas pelo PSOL como forma de direcionar os recursos arrecadados pelo estado para efetivo desenvolvimento social e econômico, tendo como objeto o orçamento público estadual, qual sejam, PPA-Plano Plurianual, LDO-Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA-Lei Orçamentária Anual, tem reflexo direto no dia a dia da população. Delas derivarão um serviço público de qualidade, investimentos e expansão dos projetos sociais, sobretudo, para as camadas mais carentes da população. Essas propostas e os consequentes direcionamentos dos recursos surgiram nos momentos de embate entre sindicatos e associações de trabalhadores do serviço público do Estado por meio do Fórum dos Servidores do estado da PB com os governos de plantão.

Percebemos que o orçamento paraibano proposto ao longo das últimas gestões não apresenta qualquer diferença em suas finalidades, ou seja, apresentam o mesmo formato em sucessivos governos. Qual seja: estar direcionado para a satisfação das necessidades

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

das elites econômicas e políticas da Paraíba, sem preocupação nenhuma em apontar saídas para a superação do atraso social e econômico que assola nossa região há décadas.

Nesse contexto, todos nós fazemos, diariamente, o seguinte questionamento: há dinheiro para as demandas apresentadas pela população? Por que todos os governos de plantão apresentam péssimos índices sociais e econômicos e colocam isso na conta da falta de recursos? A resposta é simples: a prioridade dos recursos arrecadados não atende as necessidades da população em geral, mas a de grupos bem restritos e abastados, observadas as conveniências políticas.

Sendo assim, como contraponto à política orçamentária desses governos, elencamos os pontos importantes que propomos modificar na peça orçamentária e apresentar à Assembleia Legislativa do Estado, conclamando a população a discutir e decidir não apenas o que fazer com os recursos públicos arrecadados, mas também encontrar estratégias para potencializar essa arrecadação.

Dívida Pública do estado da Paraíba

Nas últimas décadas, um grave problema assola as contas públicas em todos os níveis: a dívida pública. Para se ter uma ideia, no orçamento da União, metade dos valores orçados é direcionado ao pagamento de juros e amortização da dívida. Resta, assim, um espaço mínimo de manobra para o poder Executivo trabalhar diante da imensa demanda da sociedade. Nos estados a realidade não é diferente.

Na Paraíba, o endividamento total é de R\$ 2,6 bilhões. A previsão para 2018 em relação ao pagamento de juros, encargos e amortização chega ao montante de R\$ 478 milhões, valor maior que a arrecadação média mensal do ICMS, orçada para o ano em curso (R\$ 425 milhões). Deduzimos, portanto, que entregamos o equivalente a mais de um mês do valor do principal imposto que o estado arrecada (ICMS) e destinamos para a dívida pública. Para um estado pobre como a Paraíba, esses valores são excessivamente pesados. Se devidamente aplicados, supririam a falta de recursos em vários setores essenciais, principalmente em educação, saúde e segurança pública.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

No governo do PSOL, será instituída imediatamente uma equipe composta por representantes do governo, movimentos sociais, sindicatos e associações dos trabalhadores, dos poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da UEPB, da OAB, da API, e outras instituições da sociedade organizada, com o objetivo de efetivar uma AUDITORIA DA DÍVIDA DO ESTADO DA PARAÍBA, para que haja esclarecimento e diagnóstico sobre sua origem, perfil e montante.

Em seguida, o resultado desse trabalho será encaminhado, em conjunto com outros estados com o mesmo perfil da Paraíba ao Governo Federal para renegociação desse montante e reordenamento dos respectivos vencimentos com o objetivo de dar folga financeira ao caixa do governo estadual, para que o estado novamente possa suprir as demandas da sociedade, redefinindo prioridades.

Investimento em órgãos de fiscalização e controle

Atualmente, todas as secretarias vêm passando por cortes de gastos em seus orçamentos e execuções orçamentárias, reflexo, claro, da atual conjuntura econômica que impede um incremento substancial na arrecadação de tributos. Mas também, somado a esse quadro de crise, o atual governo mostra total falta de interesse em priorizar o bom funcionamento de órgãos que fomentariam essa arrecadação. O Fisco deve ser prioridade, pois é órgão imprescindível para o aumento da arrecadação, essência de seu trabalho. Sem uma Administração Tributária bem estruturada e motivada, a tentativa de aumento de arrecadação fica prejudica e trabalha aquém das suas potencialidades.

Além do Fisco, vamos dar prioridade à Procuradoria-Geral do Estado, pois ela é importante elo na defesa dos interesses do Estado no que diz respeito, não apenas às questões tributárias, mas em relação aos litígios com a sociedade que também representam valores significativos.

Outro órgão que terá prioridade em nosso governo será a Controladoria Geral do Estado-CGE, pois ele tem papel importante no controle e fiscalização dos gastos. Ele é imprescindível para detectar a lisura, a eficiência e o registro das formulações e

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

execuções orçamentárias. É uma peça chave para que o Poder Executivo e a sociedade acompanhem e controlem a complexa execução do orçamento.

Na CGE, a Transparência terá também papel imprescindível no sentido de oferecer mecanismos para que a sociedade possa efetivamente fiscalizar e controlar as contas públicas. Só com transparência total, o Estado poderá evitar o desperdício, o exagero e a malversação dos recursos públicos.

Esses três órgãos terão prioridade no sentido de restabelecer os valores do custeio e do investimento a patamares que supram as demandas de suas máquinas, defasadas desde 2011.

Renúncia Fiscal

Sobre este tema, vale aqui alguns esclarecimentos. A implementação de políticas de renúncias fiscais no Brasil tem gerado um prejuízo enorme ao orçamento dos estados. Com justificativa de atrair empresas para seus estados e assim, gerar postos de trabalho e crescimento econômico, os governos têm concedido indiscriminadamente, benefícios fiscais, resultando em grave dilapidação de parte significativa das receitas, sobretudo as do setor terciário, ou seja, comércio e serviços.

Na Paraíba, essa política toma contornos que beira a irresponsabilidade. A previsão para 2018 é de que a renúncia atinja o patamar de R\$ 1,5 bilhão, representando 14% das receitas estimadas para esse ano. Todos esses recursos ficam no caixa de grandes empresas, inclusive do comércio, que não agrega valor para a economia local, e oferecem empregos precários e mal remunerados. Esses recursos poderiam ser empregados em nossa infraestrutura, com reflexos bastante positivos no atrativo de investimentos industriais para agricultura do estado, fomentando um dinamismo muito maior para a economia.

Além de conceder benefícios fiscais para grandes empresas, não existe nenhuma transparência nessas concessões, todas feitas nos gabinetes das secretarias sem a discussão e aval da assembleia legislativa, conseqüentemente, sem o conhecimento da sociedade, contrariando dispositivos constitucionais que tratam do assunto.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

Outro fator negativo dessa política de renúncia fiscal implementada no estado que beneficia somente as grandes empresas, é o fato de que essa política deixa totalmente desassistidas as pequenas e médias empresas que geram cerca de 80% dos empregos disponíveis no estado.

Para se ter uma ideia da desproporcionalidade com que são tratados os recursos públicos, o atual governo da Paraíba disponibilizou em seu orçamento para 2018 apenas R\$ 12 milhões (0,80% do montante das renúncias fiscais para esse ano) para o projeto empreender-PB, cujo beneficiário contrai empréstimo para investir em seu micronegócio e deve devolver ao Estado com juros e correção. Vale frisar que também não há transparência nessa modalidade. Pouco se sabe sobre esses recursos e se realmente chegaram às mãos dos pequenos empreendedores.

Os municípios também perdem muito com essa política desastrosa. Como deixa de entrar nos cofres públicos do estado R\$ 1,5 bilhão, 25% desse montante também não entraram nas contas dos municípios (R\$ 375 milhões), deixando de circular riqueza essencial para o desenvolvimento dessas localidades, pois 90% dos benefícios são concedidos para grandes empresas da capital, cidades circunvizinhas e Campina Grande, gerando um desequilíbrio na economia pela falta de dinamismo.

No governo do PSOL, a transparência será total. Todos os benefícios concedidos serão expostos para a sociedade e serão rediscutidos para que saibamos o que é realmente de interesse da sociedade. A sociedade precisa saber quais empresas, quantas indústrias, quantos comércios, seus tamanhos, se estão gerando o emprego acordado e a qualidade dele e se os investimentos correspondem ao prometido. Além disso, no governo do PSOL, será observado também, além dos empregos e investimentos acordados, outros itens importantes. Vamos exigir que essas empresas não contratem de forma precária os trabalhadores.

Os novos benefícios também serão discutidos com a sociedade e só serão enviados para aprovação na Assembleia Legislativa quando a sociedade organizada, os municípios, a UEPB e os outros poderes estiverem cientes dos ganhos para o estado.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

Não podemos deixar que empresários só pensem em seu enriquecimento, e levem 14% do orçamento público em detrimento do desenvolvimento econômico e social do estado. Essa conjuntura econômica assola nosso estado há décadas e nenhum governo estancou essa sangria dos recursos públicos.

Reserva de Contingência

O atual governo implementou uma nova política de decisões para o destino dos recursos públicos, copiando do Congresso Nacional o que tem de mais nefasto na política, a RESERVA DE CONTIGÊNCIA, recurso previsto no orçamento para que os parlamentares decidam onde gastar. No caso da Paraíba, 36 deputados estaduais decidiram este ano onde empregar R\$ 164 milhões. Claro que só os deputados governistas tiveram seus pedidos executados pelo governo. Ou seja, sem nenhum planejamento e não sabendo se o recurso executado supre realmente a necessidade de uma localidade, o executivo libera montantes imprescindíveis para o desenvolvimento de um estado pobre como é a Paraíba, tendo como prioridade as conveniências políticas e não as necessidades da população. Como o Estado poderá se desenvolver enquanto a política do toma lá dá cá prevalecer?

No Governo do PSOL, essas verbas serão destinadas para o custeio da máquina, para melhor atender as demandas da sociedade, principalmente a mais carente. Não toleraremos que os recursos sejam utilizados para negociações políticas entre os parlamentares e o executivo. Essa política até o momento só gerou resultados negativos para a sociedade.

Verba para a comunicação

No atual governo, de 2014 a 2017 foram gastos R\$ 136 milhões, e estão destinados para este ano mais R\$ 59 milhões. Para quê? Para fazer a propaganda das ações do governo. Vale ressaltar que, geralmente, as propagandas são maquiadas e não condizem com a realidade do dia a dia da(a) cidadã(o). Um desperdício de dinheiro público inaceitável para um estado como a Paraíba.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

No nosso governo, iremos diminuir em 70% essa verba para a comunicação e só as utilizaremos para informações de interesse público e educação. A outra parte dos recursos serão deslocadas para o melhoramento do atendimento da saúde e segurança da população, políticas públicas bastante negligenciadas pelos governos.

Orçamento e Liberdade

O PSOL irá implementar o ORÇAMENTO E LIBERDADE como parte do Congresso do Povo. Serão utilizadas as estruturas das secretarias do Planejamento, Receita, Procuradoria, Controladoria, e órgão como a Ouvidoria, Transparência e outros, conforme a necessidade, a fim de que a sociedade verdadeiramente decida o que fazer com o seu orçamento. A decisão de como utilizar os recursos públicos deve ser de todos e todas, e não apenas de um grupo reduzido de pessoas cujos interesses e privilégios não condizem com os da maioria da população paraibana. No nosso governo, o orçamento estará livre das amarras impostas atualmente, onde grupos poderosos pressionam o executivo e o legislativo para que as verbas sejam direcionadas para setores que não são prioritários e que não atendem as demandas da maioria da população.

Para isso o estado será dividido em regiões, sub-regiões, núcleos e subnúcleos para que o orçamento alcance os 223 municípios e todos possam discutir, opinar e decidir o que fazer com os recursos, inclusive no que tange a despesa de custeio.

Serão utilizados todos os recursos e ferramentas necessários para essa participação coletiva (redes sociais, televisão, rádio), mas as reuniões presenciais serão prioritárias, pois a participação cidadã nas decisões políticas é imprescindível para que a sociedade paraibana se liberte dos maus hábitos que permeiam a política atualmente. E o orçamento é começo dessa libertação.

5.2 – SEGURANÇA PÚBLICA

Vivenciamos uma crise sem precedente no sistema de segurança pública, caracterizada pelo acirramento dos conflitos que resultam na violência urbana e no

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

extermínio da juventude negra. O poder público tem investido na militarização das forças policiais, numa verdadeira guerra contra a população da periferia, de que a intervenção federal no Rio de Janeiro é símbolo máximo. De outro lado, esta forma de conceber a segurança pública desrespeita os trabalhadores deste setor, que tem as suas condições de trabalho bastante precarizadas e são desrespeitados em direitos básicos, e fere diretamente os princípios dos direitos humanos e a concepção de democracia.

Reconhecer e comemorar redução dos Crimes Violentos Contra a Vida (CVLIs) deve ser acompanhado pelo reconhecimento dos agentes responsáveis por essa meta, os/as profissionais da segurança pública e também da busca constante para que a Paraíba saia dos piores índices no que diz respeito ao homicídio de mulheres, LGBTTIs e juventude negra.

A Paraíba, embora apresente algumas conquistas em poucas estruturas físicas, pouco destoa do quadro nacional. É preciso mudar radicalmente a maneira de compreender a segurança pública, e sabemos que esta mudança precisa ser acompanhada de outras mais profundas em questões estruturantes da sociedade brasileira e paraibana – como a garantia do direito ao trabalho, à educação, à saúde, ao lazer, à moradia etc. Ainda assim, acreditamos que é possível avançar em busca de uma política eficiente e inclusiva, que promova uma cultura de paz e de justiça social. Algumas de nossas propostas:

- Combater a criminalização dos movimentos sociais, porque lutar por direitos não é crime;
- Autonomia administrativa e financeira na Polícia Civil para aprimoramento institucional, desvinculação política e maior autonomia nas investigações;
- Envolver as categorias investigativas no Conselho Gestor da Polícia Civil;
- Ter o setor de inteligência na Segurança Pública como uma das prioridades, além de combater os reais criminosos;
- Agentes penitenciários, Policiais Militares e Cíveis merecem respeito e dignidade como qualquer outro/a servidor/a do Estado. É de fundamental importância para melhoria da Política de Segurança Pública da Paraíba entender os Agentes de

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

Segurança como centrais nesse processo, muitas vezes vitimados em seus direitos humanos;

- Justiça Salarial aos Profissionais da Segurança Pública. Vamos tirar Agentes Penitenciários e Policiais Civis da marca de pior salário do País (perdem 40% dos seus salários em caso de aposentadoria/acidente de trabalho; Cumprir a Constituição Federal e pagar Policiais Civis por meio de Subsídio; garantia do pagamento de hora extra constitucional e de adicional de risco de vida igualitário aos profissionais da Segurança Pública)
- Fortalecer a Ouvidoria da Polícia e a apuração de denúncias de violência policial;
- Revisão da Lei Orgânica da Polícia Civil e reestruturação da carreira, sendo a autonomia do IPC, a institucionalização da carreira única e ampliação do GEMOL como parte desse processo;
- Fortalecer os direitos humanos das mulheres e a igualdade de gênero no interior das corporações policiais de forma a garantir à ascensão aos cargos de comando pelas mulheres;
- Fortalecer a Polícia Comunitária e criar o Grupo Especial Comunitário de Enfrentamento a Violência no Campo;
- Promover a formação em direitos humanos com agentes de segurança e instituir programas de Justiça Restaurativa e mediação de conflitos nas delegacias e associações comunitárias e ações de enfrentamento ao racismo e ao sexismo institucional;
- O Governo do PSOL possibilitará as condições necessárias para realização imediata de concurso público para os profissionais da Segurança Pública e para nomear os aprovados/as nos concursos em aberto;
- Democratizar a Polícia Militar com fim das prisões administrativas, violação dos direitos dos/as policiais e decisões colegiadas na gestão.

5.3 – EDUCAÇÃO PÚBLICA

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

Hoje vivemos o congelamento de recursos para a educação, atingido pela Emenda Constitucional 95/2016 que limita os gastos públicos por 20 anos. Falta de recursos para formação de professoras e professores e para a estrutura das escolas nos diferentes níveis de ensino. Com a reforma do ensino médio aprofundam-se as condições de precarização da educação, com redução de horas presenciais do ensino médio tornando-as horas virtuais, além da possibilidade dos *'itinerários de formação'*, nos quais os estudantes escolheriam seus percursos formativos com a obrigatoriedade apenas de português, matemática e língua inglesa. Consideramos como importante reconhecer os diferentes lugares de produção de conhecimentos e a necessidade de diálogo entre os diferentes saberes na busca da construção de um projeto de educação que promova a formação humana voltada para o fortalecimento da coletividade e da participação crítica na sociedade, valorizando e protegendo a diversidade social, ambiental e cultural do nosso estado.

A interação entre a educação básica e a UEPB é extremamente necessária, para a realização deste projeto. Temos uma Instituição de Ensino Superior da Paraíba, com mais de 50 anos e que encontra-se hoje presente em 08 municípios. É importante destacar que estes municípios representam regiões o que amplia as possibilidades de parcerias educacionais assim como o acesso à educação superior das paraibanas e dos paraibanos. Outro aspecto importante é que 50% das vagas são ocupadas por estudantes das escolas públicas e com cotas específicas para negras e negros e indígenas. Algumas das nossas propostas:

- Garantir orçamento para a UEPB – a Lei da Autonomia Financeira da UEPB define que o orçamento de um ano não pode ser inferior ao ano anterior, mas com a ampliação do campus este valor não tem sido atualizado. É necessário manter hoje a universidade com o tamanho que tem, e garantir suas condições de funcionamento e debater com a comunidade acadêmica o orçamento necessário para o funcionamento da UEPB;
- Enfrentar a política nacional dos livros didáticos que está na mão de grandes editoras com o aval do MEC, livros que se orientam pelo eixo Rio/São Paulo, tornando-os descontextualizado da realidade do Nordeste e em particular da

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

Paraíba e promover a produção de material didático complementar na Paraíba de forma a trazer as experiências das microrregiões do estado;

- Discutir plano de cargos e carreira e remuneração (PCCR) com as/os profissionais da educação privilegiando a formação continuada que de fato dialoguem com as necessidades das escolas. Garantir o pagamento do piso salarial dos/as professores/as. Cumpriremos as progressões verticais e horizontais o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração- PCCR do magistério;
- Estabelecer o diálogo com os movimentos sociais nos processos de formação das educadoras e educadores, considerando os recortes específicos das organizações e movimentos. As comunidades e povos tradicionais e originários exigem formação específica para respeitar suas experiências, de forma que os conhecimentos construídos dialoguem com as experiências locais;
- Fortalecer o debate de gênero e raça presente no plano estadual de educação destacando essas temáticas nos processos de formação continuada dos profissionais da educação e incentivando projetos no ambiente escolar e na sociedade de forma mais ampla;
 - Reestruturar os modelos pedagógico e de infraestrutura da escola em tempo integral no Estado da Paraíba, possibilitando que as crianças inseridas nesse modelo tenham acesso à educação, esporte, cultura, lazer e cidadania;
 - Garantir a oferta do ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos, em turnos diurnos e noturnos, também com acesso à formação profissionalizante;
 - Reconduzir e fortalecer processo democrático de escolha para as direções das escolas, contando com a participação comunidade escolar, docentes e demais profissionais de educação, responsáveis, e estudantes
- Faremos um forte investimento em laboratórios de informática com acesso a internet e corpo técnico especializado para que os estudantes tenham acesso a essa nova e fundamental ferramenta na educação atual;
- Implementar bibliotecas em todas as escolas públicas do estado e criar uma rede virtual de bibliotecas que permitam aos alunos e aos profissionais da educação acessarem periódicos conveniados com o Governo da Paraíba;

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

- Implementar uma política consistente de educação de jovens e adultos buscando erradicar o analfabetismo;
- Garantir para os/as estudantes residência universitária e um restaurante popular nas cidades onde existam unidades da UEPB, proporcionando melhores condições para a comunidade discente e a população local;
- Garantir em parceria com a UEPB a construção de residências universitárias;
- Cumprimento da Lei 10639/2003 e da Lei 11.645/2008 que sanciona a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na rede pública e privada de ensino.

5.4 – MORADIA COMO DIREITO

A Paraíba tem um déficit habitacional de mais de 130 mil unidades habitacionais, ou seja, por volta de 500 mil pessoas sem local adequado para morar – ainda não está contabilizada neste número a inadequação de domicílios, que somam o problema com moradia. Entre a população com renda de até 3 salários mínimos, 83% estão em déficit habitacional. Ou seja, o problema da moradia é muito sério, principalmente para a população mais pobre, também pelo fato de o teto ser uma necessidade básica para a vida de qualquer pessoa.

O problema de moradia está ligado à questão fundiária e organização territorial rural e urbana, este último sendo um problema crescente pelos grandes adensamentos populacionais nas periferias das grandes cidades. As cidades da Paraíba não apresentam nenhum planejamento no seu uso espacial. Isto se concretiza em seus crescimentos caóticos, pautadas por aumento no trânsito, pessoas morando longe dos seus trabalhos, bairros inteiros crescendo sem espaço e bairros inteiros, apesar de desenvolvidos, com espaço sobrando. Os percentuais de *solo nu* mesmo nas cidades mais urbanizadas é muito alto atualmente, pois especula-se muito com terrenos sem uso, sejam particulares ou públicos.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

Grandes proprietários relegam terrenos e imóveis em locais com grande infraestrutura urbana para a especulação imobiliária, impedindo o planejamento racional das cidades. O mercado imobiliário acaba regulando toda a ocupação urbana, com os altos preços dos imóveis em áreas mais próximas do centro e com infraestrutura. Assim, a grande maioria da população vai sendo empurrada para as periferias, onde o preço é acessível, ou pior, buscam alternativas de forma ilegal, em ocupações e favelas. Os atuais programas habitacionais, além de terem suas metas muito aquém da demanda, são centrados na desoneração e controle das construtoras, o que afasta a população da resolução do problema.

O Estatuto das Cidades dá como prerrogativa do planejamento das cidades para os Municípios. Entretanto, o Estado pode participar e legislar sobre diversas questões do planejamento urbano, principalmente as políticas habitacionais. Além disso, o Estado pode estimular e subsidiar planejamentos urbanos favoráveis à classe trabalhadora e ao povo pobre, enfrentando os privilégios dos grandes proprietários e especuladores, como é o caso do nosso programa. A base do programa é o princípio da Função Social da Propriedade e da Cidade (artigo constitucional nº 6), pelo qual pretendemos mudar radicalmente a estrutura fundiária nas cidades e no campo, resolvendo de forma integrada a questão da moradia.

Nas zonas rurais, o processo de expulsão das populações mais pobres, por falta de alternativas de sobrevivência através da agricultura familiar, joga milhares de famílias anualmente nas periferias das grandes cidades. A nossa proposta é manter esta população no campo e fomentar a volta da massa de agricultores que hoje vive nas cidades. Para isso, propomos em nosso programa uma reforma agrária radical – já que na última década, ela foi completamente abandonada pelos governos federal e estadual. A reforma agrária é uma ação para a construção de uma economia igualitária e soberana, de produção de alimento e outros bens agrícolas, mas também é uma política de moradia, pois, fixa estas famílias camponesas em áreas garantidas por lei. Defendemos **RADICALMENTE** o direito à moradia para todos!

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

Comunidades pobres e regularização fundiária:

- Fim dos despejos: projeto de Lei impedindo despejos coletivos sem alternativas de reassentamento; audiências públicas para informar a população quando houver necessidade de remoção, e, nestes casos, é chave por chave, em local próximo, ou justa indenização, de acordo com os preços de mercado;
- Leis específicas, incentivos e subsídios para as prefeituras realizarem regularização imediata e estabelecimento automático de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) de todas as ocupações e comunidades de baixa renda que não estão em áreas de risco, levando em consideração a necessidade das famílias; estímulo a auto-construção, com assessoria técnica e material de construção subsidiado para a melhoria das moradias já estabelecidas;
- Bolsa aluguel justa baseada nas necessidades da família, como medida emergencial e paliativa;
- Aluguel social permanente – fornecimento de casas pelo Estado, em que as pessoas pagam uma pequena taxa como forma de subsídio.

Imóveis ociosos:

- Cumprimento da função social das propriedades: construir parcerias com as Prefeituras para que a Paraíba avance na elaboração e/ou aplicação de leis específicas que efetuem a desapropriação de imóveis que não cumpram sua função social;
- Articular com o Congresso do Povo e a Assembleia Legislativa a construção de lei específica para aluguel compulsório de casas e edifícios de pessoas que tem mais de um imóvel e que sejam usados para especulação imobiliária.

Construção de Habitação Social

- Ampliar o orçamento do Estado para a construção de habitação social; prioridade ao Minha Casa Minha Vida Entidades, para acabar com o domínio das grandes construtoras particulares e suas relações de vantagens indevidas com os políticos e gestores públicos; construção de habitação social através de cooperativas dos próprios beneficiados e estímulo a autoconstrução e mutirões; criação de um programa estadual próprio de construção de habitação social baseado nas especificidades da Paraíba, livre dos sistemas de créditos de juros altos e das grandes construtoras;

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

- Incentivo de moradia popular em locais com infraestrutura adequada, aproximando os trabalhadores dos seus locais de trabalho, e garantia pelo Estado de geração de trabalho nas periferias;
- Criação de agência de estímulo a cooperativas e atuação da CEHAP na contratação direta de mão-de-obra das comunidades pobres para a construção de habitação social; empoderamento e auto-gestão das massas populares, principalmente trabalhadores da construção civil, na efetivação da política de habitação.

Moradia no campo

- Criação de um programa estadual de Reforma Agrária para imediato assentamento de toda a demanda de famílias de camponeses sem-terra da Paraíba; usar dos mecanismos jurídicos para desapropriação para fins de Reforma Agrária de todo imóvel onde for encontrado trabalho análogo a escravidão, das terras das multinacionais, das terras devolutas, sem indenização dos ocupantes, terras improdutivas, de acordo com a atualização dos índices de produtividade, as arrecadadas pelos bancos e órgãos públicos, seja por dívida fiscal, lavagem de dinheiro, corrupção ou tráfico e outras formas criminosas, das terras onde forem identificadas queimadas criminosas, crimes ambientais, tais como destruição e contaminação de nascentes, rios, córregos, matas ciliares e florestas;
- Todas as famílias assentadas devem ter direito a casa e para que elas sejam construídas com mínimo de 80 m²; estas devem ser equipadas com: fossas biodigestoras, aquecedores solares, calhas ou placas de cimento para coletar água das chuvas, canalizadas para cisternas, onde houver deficiência hídrica;
- Oferecimento de infraestruturas sociais e produtivas aos assentamentos: estradas, energia, armazéns, saneamento básico, escolas no campo, assistência médica para as famílias; de créditos substanciais, assistência técnica, extensão rural permanente e universal a todos os assentados e aos demais agricultores camponeses; políticas públicas direcionadas ao apoio das unidades econômicas coletivas nos assentamentos, com vistas à soberania dos assentamentos; apoio público com vistas ao beneficiamento da produção em coletivo.

5.5 - MULHERES

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

A Paraíba conta com uma população de aproximadamente 4 milhões de pessoas, sendo mais da metade dessa população composta por mulheres. Apesar da maioria da população do estado ser feminina, temos insuficiente política pública voltada ao atendimento dessas mulheres, visto que compõem um quadro de significativa vulnerabilidade social quanto a serem vítimas de violências, alvos de assassinato pelo simples fato de ser mulher – Femicídio – e de fragilidade quanto à sua condição de trabalho, sub ou não remunerado, limitando-as à falta ou insuficiência de renda própria.

O cenário que emoldura o estado é assustador para as mulheres, em especial para as mulheres negras, lésbicas e/ou moradoras das periferias urbanas. Somos o 3º estado brasileiro em índice de mortalidade materna - que é o óbito ocorrido durante uma gestação ou após até 42 dias do seu término, devido a qualquer causa relacionada ao agravo da gestação; ocupamos o primeiro lugar na taxa de crescimento de homicídios praticados contra mulheres, entre os anos de 2003 e 2013, dentre os estados do nordeste, sendo o segundo lugar no Brasil, no mesmo período. Sem mencionar os dados sobre homicídio e violências contra as mulheres LBTs.

Nosso compromisso com as mulheres objetiva buscar a interseccionalidade das ações de todas as secretarias colocando ênfase nas demandas apresentadas e mantendo-se em diálogo com organizações de mulheres na busca da construção de políticas eficazes a serem implementadas nos quatro anos de gestão do PSOL, que reconhece que a gestão pública do Estado muito tem a contribuir para reduzir e modificar o padrão de desigualdade nas relações de gênero, profundamente arraigado na sociedade brasileira.

Saúde da mulher e de prevenção e combate às violências obstétrica e doméstica

- Garantir o acesso aos serviços de saúde, em todos os níveis de complexidade; que as políticas de saúde da mulher foquem às questões reprodutivas, à prevenção de DST's, atenção básica, violência contra a mulher, saúde mental, entre outras ações na garantia do direito à saúde;
- A Atenção Primária à Saúde (APS) contemplará também as especificidades da diversidade de gênero e orientações sexuais da mulher;

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

- Promover campanhas educativas sobre o reconhecimento do direito de decisão das mulheres pela interrupção da gravidez, tendo como objetivo a descriminalização do aborto e a defesa da garantia do acesso aos serviços de abortamento seguro nos casos previstos em lei;
- Ampliação dos centros públicos para parto normal em todas as regiões do Estado;
- Promover ações amplas de educação sexual pautando a soberania da mulher sobre seu próprio corpo, combate à violência/abuso sexual, garantindo a informação e o direito aos métodos contraceptivos na atenção primária. Promover atenção especial às/aos adolescentes;
- Defender a criação e o fortalecimento de equipamentos sociais para as mulheres em situação de violência de gênero e doméstica, contemplando as questões de raça/etnia, orientação sexual e mulheres com deficiência;
- Acolhimento diferenciado para as mulheres vítimas de violência sexual dentro dos espaços institucionais de segurança e saúde: IPC, delegacias, serviços de saúde;
- Educação continuada para os profissionais de saúde para melhor conhecer as especificidades do conjunto de demandas das mulheres na saúde;
- Políticas de combate ao câncer de mama, maior e melhor acesso à informação e às políticas de prevenção;
- Criação de hospitais da Mulher nas regiões do Estado

Educação

- Debate de gênero nas escolas; trabalho contínuo sobre o respeito à mulher e à diversidade humana;
- Realizar, em parceria com as organizações, ações educativas específicas de enfrentamento ao racismo;

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

- Construir campanhas de combate à violência contra as mulheres e de combate à cultura do machismo, racismo, LBTTIfobias e todas as formas de preconceito contra as mulheres;

Segurança/Mobilidade Urbana/Moradia

- Promover a transparência e auditoria pública dos contratos de concessionárias do transporte público, com criação de conselhos paritários, entre homens e mulheres;
- Criar mecanismos acessíveis às mulheres, em utilização de mobilidade urbana, que possibilitem a tomada de medidas de segurança e identificação de agressores e assediadores, como serviço de disque denúncia em transportes públicos e botão de socorro para alertar os casos em andamento;
- Requalificar a iluminação de vias públicas e monitorar a ação criminosa contra as mulheres para a construção de estratégias que visem a diminuição das ocorrências;
- Oferecer prioridade às mulheres nos programas de habitação, capacitação para o trabalho e de geração de emprego e renda;
- Promover campanhas contra o assédio sexual e capacitação das polícias e trabalhadores e trabalhadoras do transporte público para lidarem com situações de assédio sexual contra usuárias;
- Fim da revista íntima dentro das instituições prisionais com o objetivo de não mais expor as mulheres à exposição indigna e constrangimento; O Estado se encarregará de promover a revista de forma respeitosa, utilizando os aparatos tecnológicos, a fim de garantir a segurança da unidade prisional e a integridade das mulheres visitantes;
- Combater a precarização do trabalho, a terceirização e o trabalho escravo. Sobretudo combater o assédio moral e sexual das mulheres em ambiente institucional público ou privado.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

Mulheres de comunidades e povos tradicionais e originários.

- Garantir o acesso à distribuição de água potável e tratada, apresentando soluções sanitárias adequadas para as comunidades;
- Garantir a construção de vias de acesso e alternativas públicas de meios de deslocamento aos centros urbanos para a população das comunidades rurais e tradicionais;
- Ofertar de cursos e formações nas comunidades voltadas para as mulheres e juventude que beneficiem o desenvolvimento da comunidade como um todo, alinhados à identidade, cultura e potencial produtivo dessas comunidades;
- Realizar ações de prevenção e combate à violência contra a mulher das/nas comunidades e povos tradicionais e originários, construindo também uma rede de atendimento especializada para essa demanda;
- Ampliar e fortalecer a oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) às mulheres da agricultura familiar;
- Criação de uma sub-secretaria de mulheres de comunidades e povos tradicionais e originários;
- Promover ações educativas de combate à intolerância e ao desrespeito religioso e em favor da reprodução cultural das práticas ancestrais de matriz africana e indígena;
- Apoiar a titulação e a defesa da garantia das terras quilombolas, especialmente em nome da garantia de direitos das mulheres.

5.6 - MEIO AMBIENTE

Sabemos da necessidade urgente de alternativas que garantam a nossa sobrevivência enquanto ser humano que vive em sociedade, bem como a sobrevivência das mais variadas espécies existentes no planeta. A igualdade social, a sustentabilidade ecológica e a luta pela manutenção da nossa diversidade biológica fazem parte da visão

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

ecossocialista na qual todos/as tenham direito ao seu território, a um local digno para viver, em ambiente saudável, justo e ecologicamente correto e digno.

Em razão do aumento da população (elevação do consumo per capita) e do desenvolvimento das cidades, observamos também a elevação do consumo de água. Na Paraíba, os mananciais encontram-se em elevado estado de degradação ambiental e escassez hídrica. As bacias são mal gerenciadas e não há controle da extração de água dos rios paraibanos. A poluição, seja provocada pelo próprio Estado ou por particulares, é uma constante, contribuindo significativamente para a redução da biodiversidade, ocasionando assim sérios problemas ambientais tanto para a população ribeirinha quanto para o abastecimento das cidades. É necessária fiscalização e proteção dos nossos rios aliada a maior participação popular na gestão dos recursos hídricos.

Dados do Painel Intergovernamental sobre a mudança climática - IPCC indicam que a temperatura no planeta pode aumentar entre 1,8 e 4 graus até o ano de 2100, esse aquecimento fará com que milhões de pessoas passem fome e sede devido à falta de alimentos e de água. O aquecimento global produz efeitos locais e hoje há uma necessidade urgente de fazermos a transição para geração de energias renováveis, diminuindo a dependência de combustíveis fósseis. O potencial eólico e solar é pouco ou subaproveitado. Em regiões com temperatura mais altas se faz necessário a utilização de energia termosolar, poupando-se carvão proveniente da caatinga (estima-se que 94% de toda a lenha produzida no Nordeste é de origem ilegal). Algumas das nossas propostas:

- Fiscalizar de forma mais efetiva e com estabelecimento de critérios mais rigorosos, os impactos de atividades como mineração, produção de cimento e extração irregular de areia dos nossos rios;
- Criar unidades de conservação marinhas em pelo menos 10% da zona econômica exclusiva do estado da Paraíba. Nossos ecossistemas costeiros possuem uma rica diversidade além de um potencial turístico ímpar, necessitando, pois, de incentivo e de proteção;

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

- Incentivar às tecnologias de uso sustentável da terra e dos recursos hídricos, tais como hidroponia, agroecologia e agricultura sintrópica com foco nos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- Ampliar os batalhões especializados de polícia ambiental para o combate ao desmatamento e ao tráfico de animais silvestres em todo o Estado;
- Incentivar ações que promovam o ecoturismo sustentável com respeito às unidades de conservação existentes e a preservação da mata nativa;
- Fomentar ações que promovam a educação ambiental tanto nas instituições estaduais de ensino como em instituições comunitárias. Tal instrumento é imprescindível para a sustentabilidade, sobretudo das gerações futuras. Para tanto é preciso agir de forma interdisciplinar abrangendo todos os campos de atuação do governo;
- Realizar concurso para provimento de determinadas funções no âmbito da SUDEMA. Não consta no histórico do Estado a realização de concurso público para a superintendência de desenvolvimento do meio ambiente (SUDEMA). O provimento dos cargos se dá por indicações políticas em detrimento da competência técnica. Uma verdadeira dotação financeira e técnica que garanta a realização de concurso público e a estruturação de PCCR para os/as servidores/as é fundamental para o efetivo funcionamento da SUDEMA na defesa do Meio Ambiente;
- Ampliação da participação da sociedade civil, de forma paritária, nos conselhos de meio ambiente contemplando todos os segmentos interessados na construção de um meio ambiente saudável, justo, equilibrado e necessário para a garantia da sobrevivência das futuras gerações;
- Todos os mananciais presentes no estado sofrem com a poluição, assoreamento, desmatamento da mata ciliar. Nosso Governo irá promover a revitalização dos rios paraibanos com replantio da mata ciliar, desassoreamento e educação ambiental junto à população ribeirinha e estudantes da rede estadual;

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

- A caatinga e os demais ecossistemas do semiárido – sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, centro arqueológicos – formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores, no Governo do PSOL serão seriamente preservados além de avançarmos na fiscalização e punição aos coloquem em risco tão importante bioma;
- Avançar na democratização da energia tornando a Paraíba referência em energia solar, alternativa viável, limpa e econômica, iniciando pela implantação desse modelo nas escolas e na sequência nos demais órgãos públicos;
- A Paraíba é rica em minérios e tem se desenvolvido bastante na extração dos mais variados minerais, porém, a forma indiscriminada com que estes vem sendo explorados tem trazido inúmeros passivos ambientais e precariedade na mão de obra. O desenvolvimento econômico sem preservação ambiental é uma ameaça a vida, iremos regulamentar a extração de minérios com normas que obedeçam a legislação ambiental, garantindo rigor na fiscalização e no licenciamento;
- A política nacional de resíduos sólidos é um importante instrumento no que se refere ao enfrentamento dos problemas causados pela falta de manejo adequado dos resíduos sólidos, é necessário que o Governo do Estado contribua com os municípios no que diz respeito a coleta seletiva de lixo, incentivando à criação de cooperativas para a promoção de reciclagem e reaproveitamento de resíduos. A implantação de programas para compostagem de lixo orgânico e o acompanhamento da elaboração dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos dos municípios paraibanos com vistas à destinação adequada dos rejeitos também será objeto dessa política;
- Implementar uma política de tributos proporcional ao tamanho do impacto ambiental causado pelas empresas;
- Construir Plano Emergencial de Obras Públicas e preservação do meio ambiente.

5.7 - COMBATE À LGBTFOBIA

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

É necessário reconhecer a "Igualdade de Gênero e a Diversidade Sexual", integrantes dos Direitos Humanos fundamentais como definidos pela ONU, de modo a orientar as relações sociais, o ordenamento jurídico e o desenvolvimento de políticas públicas, de maneira a garantir pleno acesso a direitos, em sociedade que se queira democrática.

Em assim sendo, faz-se preciso desenvolver políticas públicas que, por meio da visibilidade, garantam os direitos à população LGBTI, dentre as mais vulnerabilizadas socialmente pela tradição autoritária que discrimina, deprecia e exclui essa população, tornando-a alvo de violações frequentes, incluindo-se agressões moral e física, com alto índice de assassinatos.

Nesse sentido, aqui na Paraíba é fundamental garantir políticas públicas estruturais de estado para a população LGBTI, consolidando e ampliando a legislação e os mecanismos já existentes, mas ainda incipientes, a exemplo da Lei Contra "Discriminação por Orientação Sexual e Identidade de Gênero"; da "Lei dos Cartazes"; Do Espaço LGBT da Secretaria da Mulher e Diversidade Humana; do Conselho Estadual dos direitos de LGBT; do Conselho Estadual de Saúde Integral da população LGBT; da Delegacia Especializada em Combate a Crimes LGBTfóbicos.

- Defender o estabelecimento efetivo da Igualdade de Gênero e da Diversidade Sexual, Direitos Humanos fundamentais, como norteador das relações sociais e do ordenamento jurídico, no desenvolvimento das políticas públicas estaduais;
- Garantir a política afirmativa de desenvolvimento transversal dos temas "Igualdade de Gênero" e da "Diversidade Sexual", em todas as ações do sistema de ensino (currículo, capacitação, material didático, critérios de seleção, supervisão e administração, etc.);
- Efetivar mecanismos de fiscalização e aplicação da lei contra discriminação por orientação sexual, acompanhamento jurídico de combate à LGBTFOBIA nos casos de agressão, constrangimento e violação da pessoa humana, incluindo-se os casos de abuso e abandono familiar;
- Desenvolver políticas públicas de combate a vulnerabilidade de adolescentes e idosos LGBTI: construção de Casas Abrigos com acompanhamento jurídico,

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

psicológico e de assistência social, para tratamento do abandono e capacitação profissional;

- Combater à invisibilidade nas políticas públicas de empregabilidade no mercado de trabalho, adotando ações que transcendam os estereótipos, garantindo equidade de tratamento nos diversos campos de trabalho para a população LGBTI;
- Desenvolver política de estado na perspectiva de ampliação e interiorização das políticas públicas para população LGBTI;
- Interiorizar a delegacia de crimes homofóbicos, bem como, garantir a existência de plantão 24h;
- Fortalecer, ampliar e interiorizar os programas de saúde pública de tratamentos transicionais de sexo;
- Realizar ações de afirmação da Lei Estadual que criminaliza a discriminação por orientação sexual;
- Estabelecer a identificação da homofobia e da transfobia como crimes de ódio, segundo os princípios da defesa da igualdade de gênero e da diversidade sexual como integrantes dos Direitos Humanos fundamentais, e desenvolver mecanismos de identificação, na diversidade (lesbofobia, homofobia, transfobia, bifobia), das ocorrências de morte e violências para subsidiar a elaboração de políticas de prevenção e enfrentamento; Construir mecanismos que possibilitem a identificação dos casos de lesbofobia entre os feminicídios registrados na Paraíba;
- Consolidar, ampliar e interiorizar os espaços institucionais conquistados, especialmente: o Espaço LGBT; o Conselho do Conselho Estadual dos direitos de LGBT e Conselho Estadual de Saúde Integral da população LGBT;
- Fortalecer, ampliar e interiorizar os programas de saúde pública de combate e prevenção das ISTs (infecções sexualmente transmissíveis);
- Desenvolver ações que garantam o respeito ao direito à Igualdade de Gênero e à Diversidade Sexual no sistema carcerário;
- Reconhecer a Parada do orgulho e cidadania LGBTI+ e garantir suporte institucional, de infraestrutura e de apoio financeiro para sua realização;

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

- Instituir o dia 17 de maio como Dia Estadual de Luta Contra a Homofobia, como reconhecimento político-administrativo do Combate à LGBTIfobia.

5.8 – CULTURA, RECONHECER E VALORIZAR

Diante de um preocupante quadro de desestruturação das políticas públicas de cultura no estado da Paraíba, o PSOL vem propor um conjunto de políticas e ações com objetivo de reverter o atual contexto de desmonte. São propostas para a atuação do PSOL no campo cultural, a serem implementadas pela Secult-PB, que será uma Secretaria que defenderá o papel central da cultura no desenvolvimento do estado da Paraíba. Entendendo a importância do campo cultural, esta carta programa reflete o acúmulo de discussões dos movimentos culturais paraibanos em sua longa trajetória de atuação, proposição e luta, contribuindo para o desenvolvimento cultural da Paraíba.

Estão no centro destas propostas: o reconhecimento e fomento à diversidade cultural paraibana; investimentos no campo cultural, ativando todo o seu potencial gerador e transformador; a formação de novos públicos e artistas; a criação e potencialização de circuitos culturais e políticas de intercâmbio e internacionalização da cultura paraibana; a estruturação de uma política estadual para o setor audiovisual; entre outras áreas de relevância para a consolidação do campo cultural. Neste sentido, lança-se aqui um olhar amplo para as políticas culturais do estado, trazendo um conjunto de propostas capazes de mudar significativamente o cenário cultural paraibano.

- Reestruturar a Secretaria de Estado da Cultura, criada em 2011 e até hoje sem servidores/as próprios/as e com grande defasagem de equipe. Duas ações serão realizadas neste sentido: a) realização do primeiro concurso público para a Secult-PB; b) revisão do organograma da Secretaria, de modo a criar áreas dedicadas a formulação de políticas públicas de cultura para Paraíba, o que, atualmente, não ocorre;
- Reverter o sub-financiamento da Política de Cultura da Paraíba. Alcançar a meta proposta pela PEC 150 (1,5% do orçamento estadual para a Cultura para estados)

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

até o final do Governo, elevando o orçamento da Secult-PB e suas vinculadas e, conseqüentemente, dos recursos destinados às políticas públicas;

- Promover o fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura através de um conjunto de ações e políticas, como: a) aprovação e implementação do Plano Estadual de Cultura; b) criação e desenvolvimento de subsistemas previstos; c) criação de Planos Setoriais conforme áreas prioritárias identificadas; d) criação de parcerias, convênios e políticas descentralizadas que impulsionem os Sistemas Municipais de Cultura das cidades paraibanas que aderiram a esta política; e) estímulo para que municípios que ainda não aderiram passem a aderir e construir seus sistemas municipais;
- Lançar anualmente edital do FIC, elevando seu orçamento progressivamente, fazendo-se cumprir a determinação orçamentária de 0,25% do orçamento próprio do Estado até o último ano do Governo;
- Estabelecer uma política de valorização dos/as trabalhadores/as do setor cultural, exigindo a presença de, pelo menos, 50% de equipe local em produções incentivadas com recursos do Governo do Estado;
- Desenvolver de forma integrada e ampliada a política de incentivo ao audiovisual paraibano, garantindo recursos estaduais para o Edital Linduarte Noronha, além de outras ações e políticas que tenham recursos federais garantidos;
- Finalização e entrega definitiva à população do Cine São José em Campina Grande com os equipamentos de alta qualidade, com o objetivo de ampliar a rede de exibição cinematográfica independente no estado e impulsionar seu potencial em diálogo entre a Funesc e as políticas de educação na rede estadual de ensino;
- Desenvolver uma política de referência para a cultura popular paraibana, com a implementação de um conjunto de ações, como: a) mapeamento das expressões e manifestações culturais populares e tradicionais da Paraíba; b) criação do Prêmio de Culturas Populares e Povos Tradicionais, edital específico, com inscrições por escrito ou em vídeo e prestação de contas simplificada; c) realização do Encontro Paraibano de Culturas Populares e Povos Tradicionais; d) implementação do

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

Programa de Educação Patrimonial e Pedagogia Griô nas escolas da rede estadual, levando mestres/as da cultura popular para dentro da sala de aula e fortalecendo a identidade cultural nos diversos territórios; e) ampliação e fortalecimento do Regimento de Mestre das Artes - Rema;

- Valorização do artesanato paraibano, em face de sua diversidade estética e territorial, sua representatividade e reconhecimento concedido pela UNESCO à capital paraibana como “Cidade Criativa do artesanato”;
- Fortalecer o processo de registro das Matrizes do Forró como Patrimônio Cultural do Brasil, garantindo condições para a fruição de debates, realização de seminários, pesquisas e articulações necessárias para a efetivação deste reconhecimento. Como conjunto desta ação, propõe-se que este seja o tema gerador de reflexões e produções nas escolas da rede estadual de ensino ao longo dos quatro anos de Governo: Ano do Forró e suas raízes (2019), Ano Marinês e Sua Gente (2020), Ano Pinto do Acordeon (2021) e Ano Jackson do Pandeiro (2022), trazendo ao bojo das discussões inúmeros outros artistas de diversas gerações;
- Fortalecimento do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, formulação e implementação do Plano Estadual do Livro, Leitura e Bibliotecas e criação do Prêmio Jemima Marques de Apoio a Bibliotecas Públicas e Comunitárias;
- Criação do Edital de Intercâmbio e Difusão Cultural, voltado a promover a circulação em âmbito local, regional, nacional e internacional de artistas e grupos paraibanos, garantindo a presença da produção cultural paraibana nos diferentes circuitos;
- Desburocratizar e aumentar a isonomia e transparência dos processos seletivos via editais, garantindo a distribuição regional e setorial de investimento, além de equipes de pareceristas e comissão técnica contratada através de seleção pública e com a devida competência na área de avaliação de projetos culturais;
- Garantir estrutura e funcionamento do Conselho Estadual de Cultura (Consecult) e seu reconhecimento como órgão deliberativo integrante do Congresso do Povo;

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

- Estabelecer uma política de formação, capacitação e qualificação de agentes culturais nas mais diversas áreas.

5.9 - MOBILIDADE URBANA E O DIREITO À CIDADE

O PSOL entende a questão da mobilidade urbana como uma forma de garantir o direito às cidades e, conseqüentemente, como uma ferramenta de transformação social, centrada no transporte público e no pedestre como unidade prioritária nesse complexo sistema de valores regidos atualmente pelo poder econômico e suas demandas excludentes, com atenção redobrada às demandas dos idosos, deficientes, crianças e mulheres.

Através do conjunto de ações entre organizações, governos e a sociedade, se pretende a aplicação de posturas e decisões para soluções mais sustentáveis de menor custo, menor consumo e menor impacto ambiental. Com o objetivo de maior eficiência e inclusão na integração entre os centros urbanos, os bairros e no fluxo interestadual, nos seus contextos urbano e rural.

Cidadania e qualidade de vida é ter o direito à cidade e da mobilidade garantidos nessa ampla e necessária pauta de inversão dos valores que garanta o deslocamento e ocupação equânime dos espaços, observando as seguintes ações:

- Criação do Plano Interestadual de Mobilidade Urbana para as cidades e o estado, com a participação de pesquisadores e especialistas, mas também com a efetiva participação popular em plenárias, consultas e auditorias públicas;
- Fim dos monopólios que controlam as concessões públicas e os sistemas de transporte;
- Contribuir com os municípios na elaboração de projetos para o deslocamento com bicicleta, por ciclofaixa ou ciclovia, a depender da necessidade local; para a padronização das paradas de ônibus e das calçadas nas vias públicas, com vistas a melhorar o trânsito de pedestres, principalmente aqueles com

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

qualquer tipo de limitação na mobilidade, como pessoas idosas, deficientes, mulheres grávidas, crianças e outros;

- Ampliação das linhas de transportes urbanos (ônibus) para contemplar a necessidade da população, exigindo das empresas a utilização de veículos com maior conforto e segurança;
- Regulamentação do Transporte Alternativo, inclusive Mototáxi, de modo a favorecer aprimoramento do transporte coletivo e de emprego e renda na Paraíba, envolvendo grupos familiares e cooperativas de trabalhadores, não o conhecido monopólio do Transporte Público;
- Criação de grupo de trabalho para estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, para a realização da retomada e ampliação da malha ferroviária, como alternativa e solução de mobilidade com mais eficiência, economia e sustentabilidade, integrando todo o estado;
- Propor consórcio entre Governo do Estado e outros municípios que possa estruturar de forma coletiva uma saída para imobilidade instalada nas maiores cidades da Paraíba, sendo a conexão entre os diferentes modais e o metrô uma dessas alternativas possíveis.

5.10 - ESPORTE E LAZER COMO DIREITO

As políticas públicas de esporte e lazer devem estimular e valorizar as múltiplas dimensões culturais, artísticas e esportivas que atendam às demandas dos diversos segmentos e gerações. É necessário assumir e tratar o esporte e o lazer enquanto direitos sociais. Temos como propósito trabalhar com e para as diversas dimensões do esporte: alto rendimento, amador, educacional, complementar à promoção de saúde e bem estar e de lazer. Dessa forma, temos a garantia de não ter uma gestão focada apenas na esportivização da oferta dos esportes, mais especificamente, focada no futebol, como acontece. Além de promovermos a elevação do padrão cultural esportivo da população,

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

garantindo acesso a cultura esportiva e de lazerania de forma intergeracional, essa será a marca do nosso governo nas seguintes ações:

- Estabelecer diálogos permanentes com as entidades que promovem ações voltadas para o esporte e lazer no estado, tornando-os parceiros da gestão pública;
- Revitalizar/requalificar espaços/equipamentos que favorecem a vivência de práticas voltadas para o lazer e esporte;
- Estimular a população à/ao ocupação/uso dos espaços e equipamentos para prática de esporte e lazer;
- Buscar parcerias com as esferas Municipais e Federal na implementação de políticas públicas de esporte e lazer permanentes à população;
- Implementar uma política pública de esporte e lazer permanente em diferentes cidades, em especial àquelas que possuem um alto índice de vulnerabilidade social, oferecendo diferentes linguagens que compõe os interesses culturais da Juventude e da população de forma geral;
- Garantir materiais necessários para o desenvolvimento da Política Pública de Esporte e Lazer do Estado;
- Construir por meio da Conferência de Esporte e Lazer um projeto de lei que crie uma política pública de Esporte e Lazer de Estado, com vistas a permanência de ações do setor e criação de cargos para abertura de concurso público;
- Fortalecer, por meio de parcerias, as práticas esportivas e de lazer desenvolvidas nos diversos municípios;
- Assegurar a formação continuada às/aos trabalhadoras/es de Esporte e Lazer do Estado;
- Realização de festivais de cultura corporal;
- Provocar a intersetorialidade e transversalidade entre as demais secretarias da gestão pública como também setores da sociedade civil para promover ações voltadas ao esporte e lazer nos territórios;

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

- Formular parcerias com as Universidades através de projetos de extensão, estimulando a formação acadêmica dos estudantes;
- Garantir financiamento específico para dar conta das demandas voltadas a estrutura física, material e recursos humano.

5.11 - MINERAÇÃO NA PARAÍBA

O estado da Paraíba possui em seu território uma diversidade de recursos minerais localizado no litoral e no semiárido. Os primeiros registros da atividade na região datam da década de 1940, nos pequenos municípios localizados na província de pegmatito Seridó, hoje compreendida no Cariri e Seridó, a qual se intensifica no final do século XX e início do século XXI, com o crescimento da indústria de cerâmica e porcelanato.

No litoral a extração ocorre no município de Mataraca, e no semiárido em alguns municípios que compõe o território do cariri e seridó. Em Mataraca a atividade é totalmente mecanizada e explorada pela indústria Millennium Inorganic Chemicals Mineração Ltda, segunda maior produtora mundial de TiO₂, um pigmento branco, brilhante, fabricado a partir do minério de titânio e usado para dar cores a quase todos os materiais. No semiárido a extração ocorre de forma mista, através da mecanização, mas, sobretudo, de forma rudimentar, por meio de técnicas artesanais, em condições de constantes vulnerabilidades, emergindo a figura do homem tatu, expressão que qualifica os trabalhadores da mineração.

A omissão do Poder Público frente ao crescimento desordenado da extração mineral facilitou a operação de lavras irregulares. Como exemplo desse problema, o município de Junco do Seridó, localizado no semiárido da Paraíba, onde a dificuldade de condições climáticas e ausência de políticas de incentivo à geração de renda contribuem para que essa atividade se apresente como importante alternativa econômica de desenvolvimento local, mas que ocorre sem fiscalização ou ordenamento.

A falta de planejamento e a rápida expansão trouxeram sérios danos – em muitos casos irremediáveis – para os moradores, o meio físico e, principalmente, para os

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

garimpeiros e trabalhadores das empresas de lavra. Apesar do longo tempo de exploração dessa atividade, as condições de trabalho ainda são rudimentares e insalubres na região, com alto risco de morte, fruto do não ordenamento da lavra e da falta de equipamentos de proteção. Diante dessa situação, é possível identificar trabalhadores com quadros de doenças ocupacionais em decorrência da exposição a agentes insalubres, como o pó de minério.

Para o PSOL a política de gestão dos recursos minerais terá como referência o conceito de passivo socioambiental, pois esse conceito envolve de forma indissociável as questões sociais e ambientais dessa atividade, através da mediação e regulamentação da atividade de extração mineral pelo poder público, identificando os interlocutores e as relações sociais de produção. Dentre as ações temos como prioridade, estruturar os procedimentos legais e os órgãos responsáveis pela extração, licenciamento e regulamentação da atividade. Existem contradições que permitem o licenciamento e o funcionamento de empresas de extração que operam sem cumprir os requisitos legais. A legislação se mostra insuficiente – tanto do ponto de vista técnico como dos procedimentos democráticos relativos à participação – para responder as contradições e condicionantes que envolvem a atividade. Os segmentos sociais envolvidos (garimpeiros, trabalhadores, comunidade local e poder público) se mostram frágeis politicamente frente aos interesses econômicos envolvidos na prática extrativista, pondo em risco a reprodução da força de trabalho.

A ausência de fiscalização das instituições responsáveis pela gestão dos recursos naturais e ordenamento dos recursos minerais é uma das grandes fragilidades dessa cadeia produtiva. Nesse sentido, a realização de concursos é uma das propostas do PSOL para as instituições diretamente responsáveis, dentre elas a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais da Paraíba (CDRM) e Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA). Garantir o cumprimento e utilização do Fundo de Desenvolvimento da Produção Mineral (FDPM) é outro compromisso do partido. Tomando por base os poucos dados disponíveis, pode-se constatar que os órgãos ambientais responsáveis pela gestão, licenciamento e fiscalização não dispõem de

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

estrutura e nem de profissionais qualificados na gestão dos recursos naturais.

Embora não tenhamos dados oficiais que declarem o percentual de extração mineral na Paraíba, sabemos que a produção e o aproveitamento caminham na contramão. A base de dados de diagnósticos disponíveis sobre o setor indica que a pouca importância atribuída à pesquisa geológica e ao conhecimento da jazida contribui para dar à mineração a imagem de atividade tecnologicamente pobre e poluidora. Estudos aprofundados a respeito dos aspectos geológicos, bem como o uso da tecnologia, podem garantir maior aproveitamento econômico.

Frente à degradação das relações sociais de produção e do meio físico, causada pela mineração, o PSOL propõe a identificar e elaborar instrumentos de gestão capazes de reconhecer a multiplicidade dos interesses envolvidos e gerar processos pactuados de regulamentação da atividade, de forma a minimizar o passivo socioambiental da extração mineral. Considerando ainda que o modo como os diferentes interlocutores percebem determinado problema ambiental, ou mesmo aceitam sua existência, não é meramente fruto de uma resposta racional, mas está mediado por interesses econômicos, políticos, visões sociais de mundo num determinado contexto social, político, espacial e temporal, que prevaleça a construção de um ativo socioambiental.

5.12 – PARAÍBA VIVA, ÁGUA, SANEAMENTO E AGRICULTURA

Pensar a estruturação da Política de Acesso à Água na Paraíba não é algo simples, mas evitar o imediatismo, conhecido de todos/as, que provoca dependência política e diversas mazelas relacionadas a saúde - em seu conceito mais amplo - é o passo inicial. Essa política tem relação direta com o desenvolvimento agrário e pecuário, com as atividades da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) e com as necessidades do Semiárido Paraibano no convívio com a estiagem; mesmo cientes das especificidades de cada um desses elementos optamos por apresentar, em um mesmo tópico, diversas alternativas para Paraíba.

O investimento na CAGEPA, em uma perspectiva menos empresarial e mais para Política Pública de Acesso à Água, permitirá não visualizá-la como deficitária ou como um peso para o orçamento público. É fundamental ampliar o investimento na CAGEPA, sua modernização e a melhoria das condições de trabalho (hoje o sindicato denuncia a

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

falta de material de expediente e de segurança e o excesso na jornada de trabalho). Reduzir o custo da água para o consumo humano é outra medida imediata (33,29% mais cara nos três últimos anos de governo) que deve ser implementada, desonerando as contas de pessoas físicas e reestruturando a despesa do empresariado.

A terceirização também chegou na CAGEPA e precisa ser expulsa, a qualidade e a otimização dos recursos públicos precisam ser garantidos; a diversidade de empresas para pequenas e diversas atividades no mesmo serviço só prejudica o andamento dos serviços, como denunciaram os/as servidores/as na última greve; garantiremos o acesso a água tratada para os 23,38% (IBGE, 2012) da população da Paraíba que tem esse direito negado. A agricultura familiar é a mais atingida com a escassa assistência técnica e falta de planejamento de uma política agrícola para Paraíba.

Em nosso Governo a Secretaria Estadual de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca (SEDAP) não ficará fora do processo de modernização do Estado, é fundamental que a Secretaria passe a ter um quadro próprio que atenda a demanda da Paraíba, realizaremos o concurso público para SEDAP já com o número de vagas suficientes para ocupar os cargos que criaremos junto com a implementação da Agência de Defesa Agropecuária e a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA).

Assumimos o compromisso de assentar todos/as os/as agricultores/as deslocados/as de suas terras para a construção de barragens na Paraíba, possibilitando a estes o acesso a terra para que possam dela tirar seu sustento e contribuir para o desenvolvimento da economia paraibana. Sempre que nosso Governo for planejar ou executar qualquer Política Pública, irá levar em conta as famílias assentadas da Reforma Agrária na Paraíba. Ao debater a agricultura nosso foco prioritário será sempre o/a pequeno/a produtor/a.

Na compreensão do PSOL, o fortalecimento da agricultura familiar é muito mais do que uma política social, faz parte de uma nova visão de desenvolvimento do estado que tira o foco dos grandes produtores, passando a priorizar a integração e a constituição de cooperativas dos pequenos produtores como indutores do desenvolvimento local e regional. Neste sentido, o governo do PSOL adotará ações visando o fortalecimento de órgãos como a EMATER, INTERPA e EMEPA que serão responsáveis pela pesquisa e assistência técnica, passando a ter um papel de grande importância nessa nova realidade que criaremos no Estado da Paraíba. Por fim, além de assumir a assistência técnica para as cooperativas de pequenos/as produtores/as, nosso Governo também se responsabilizará

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

pela qualificação destes para a gestão administrativa dos empreendimentos, bem como fará aporte financeiro para a constituição destas cooperativas.

O Semiárido¹ como Prioritário

O Semiárido brasileiro é formado por 1.262 municípios, uma área que cabe a França e Alemanha reunidas, um total de vinte e dois milhões e meio de habitantes; na Paraíba são 196 cidades, mais da metade da população, ultrapassando a marca de dois milhões e duzentos mil habitantes. Nesse sentido, por mais que a Política de Acesso à Água seja formulada para toda Paraíba, medida que o PSOL tomará no Governo da Paraíba, é preciso considerar o abandono que sofre o Semiárido Paraibano e a necessidade de priorizar essa região que sofre com o período de estiagem por falta de uma política estruturada.

O longo período de estiagem é uma característica natural do Semiárido, mas a “seca” é uma postura política dos que priorizam as medidas emergências de caminhão-pipa, crédito emergencial (que na maioria das vezes apenas endivida o pequeno agricultor) e distribuição de cestas básicas; medidas antieconômicas e que não possibilitam uma convivência digna da população com esse período de estiagem. O Governo *Construir Poder Popular* inverterá essa lógica, as medidas emergências serão executadas em paralelo a implementação de tecnologias já existentes, a exemplo da Cisterna de Placa, Cisterna Calçadão, Barragem Subterrânea e outras medidas que podem garantir o armazenamento da água para uso humana, animal e para irrigação. Com o apoio da ciência e da tecnologia é possível constatar que os problemas provocados pela falta de água não são decorrentes unicamente de uma indisponibilidade física da água, mas da arcaica forma ainda existente para determinados grupos políticos se perpetuarem no poder.

A participação da população do Semiárido nas diversas instâncias do Congresso do Povo será decisiva para inverter essa lógica, pensando a agricultura familiar e a Política de Acesso à Água em consideração a dívida histórica que o país tem com essa importante região, priorizando a formulação e implementação de políticas, nas mais diversas áreas, para o Semiárido. Nosso Governo não seguirá a política de culpabilizar o céu e dizer que essa é uma questão natural, estruturaremos soluções duradouras e efetivas para (e com) o povo que vive e produz nessa região.

¹ Caracterizado pela quantidade de chuva (Mais que 300mm e menos que 800mm), aridez (entre 0,2 e 0,5) e seca (60% de período de seca em 10 anos).

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

A convivência com os períodos de estiagem e a transformação do semiárido na busca da qualidade de vida para população é possível. As propostas já apresentadas devem servir de base inicial para elaboração do Pacto pelo Semiárido e pelo Acesso à Água, tarefa que deve ser abraçada por toda população e as mais diferentes esferas do Governo. Assim será possível garantir dignidade para todo povo da Paraíba sem distinção regional ou aparelhamento político.

CAGEPA/Saneamento/Água

- Modernização administrativa da CAGEPA com gestão participativa e transparente de trabalhadores e usuários;
- Realização de concurso público e valorização dos/as funcionários/as com aperfeiçoamento continuado, condições de trabalho adequadas e salários dignos às/aos trabalhadoras/es que constroem a CAGEPA em seu cotidiano;
- Auditoria e execução/cobrança da dívida dos principais devedores;
- Ampliação da tarifa social para todas as famílias inscritas no CadÚnico;
- Readequação do modelo tarifário para promover o consumo sustentável com o fim da franquia mínima obrigatória de 10m³;
- Plano com metas anuais de ampliação de acesso com o objetivo da universalização dos serviços prestados em todo o Estado conforme Plano Nacional de Saneamento Básico e fixação de percentual mínimo da receita em investimentos em saneamento;
- Regularização dos convênios entre a CAGEPA e os municípios visando segurança institucional para aplicação de investimentos;
- Convênio da Cagepa com UFPB, UFCG E UEPB para promover desenvolvimento tecnológico visando a eficiência nos tratamentos de água e esgotos, energética e redução do índice de vazamentos na distribuição;
- Atenção ao eixo leste da Transposição do Rio São Francisco chegando a Paraíba por Monteiro, única cidade onde o canal da transposição passa pela zona urbana. Além do não acesso a água por parte da população rural, é preciso solucionar a questão da não construção do sistema de esgotamento sanitário por parte do

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

município, fator que compromete a qualidade da água servida e que, acumulando com dejetos e a própria poluição das águas do Rio Paraíba, é um motivo de preocupação quanto a saúde da população;

- Democratizar as águas decorrentes da Transposição do Rio São Francisco para as pequenas cidades do Cariri;
- Cuidado dos rios da Grande João Pessoa. O desmatamento das margens promovido pela indústria açucareira, a ocupação inadequada feita por construtoras e a poluição doméstica e industrial, têm tornado os nossos rios e nascentes quase que valas a céu aberto, causando prejuízo ambiental, social, econômico e cultural para toda a grande João Pessoa e para a maior parte das cidades litorâneas;
- Construir Programa de reaproveitamento de água nos prédios públicos;
- Desprivatizar as águas da Paraíba, atualmente apenas 06% da água chega ao cidadão, por outro lado, 24% dela é dedicada ao agronegócio e 70% para indústria.

Agricultura

- Contribuir para ampliar a produção de hortaliças, hoje 70% são importadas de outros estados;
- Auditoria nos grandes Projeto de Irrigação da Paraíba e desenvolvimento de pequenos projeto de irrigação voltados para agricultura familiar;
- Fortalecer as experiências dos bancos de sementes desenvolvidas pelos povos tradicionais e originários e organizações da agricultura familiar, e estruturar políticas públicas de distribuição de sementes com base nessas experiências;
- Valorizar o potencial do estado para o cultivo de plantas medicinais e apicultura;
- Investir em Assistência Técnica e Pesquisa com foco na pecuária e agricultura familiar.

5.13 – SAÚDE, DESPRIVATIZAR E GARANTIR DIREITOS

Para nós a Política Pública de Saúde é mais que a relação saúde doença, as boas condições de vida na segurança, habitação, alimentação, educação, cultura e demais

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

aspectos da vida social são centrais para saúde da população do nosso estado, em outras palavras, a transversalidade da política de saúde deve estar presente em todas as esferas do Governo; contudo, alguns elementos específicos precisam ser apresentados:

- Desprivatizar a saúde da Paraíba, devolver sua administração ao Serviço Público;
- Realização de avaliação periódica dos serviços de saúde com a participação dos/as usuários/as e dos profissionais de saúde;
- Estabelecimento de parcerias com os Municípios no sentido de melhorar a qualidade do atendimento nas Unidades Básicas de Saúde, buscando implementar equipes multiprofissionais com médicos/as, enfermeiros/as, psicólogos/as, nutricionista, fisioterapeutas e assistentes sociais;
- Investir em pessoal, equipamentos, manutenção e ampliação dos hospitais públicos regionais para que estes possam prestar um atendimento de qualidade para população na própria região de moradia, não sendo mais necessário se deslocarem para a Capital ou para Campina Grande quando precisarem de atendimento;
- Não fazer politicagem com a vida do povo, prometendo obras e segurando para o processo eleitoral: garantir o funcionamento do Hospital de Oncologia do Sertão, conclusão dos ajustes (estruturais, equipamento, pessoal, material de consumo) necessários ao seu funcionamento e construção do Hospital de Trauma do Sertão Paraibano;
- Ajustar o pagamento do adicional de insalubridade, congelado desde 2003 e permanecendo até hoje em R\$40,00;
- Estruturar com as comunidades quilombolas e movimento negro políticas públicas de saúde específicas para população negra;
- Tornar a Paraíba referência nacional sobre Cannabis Terapêutica: 1. Criação e fortalecimento de um programa estatal permanente de cannabis terapêutica, incluindo a pesquisa, formação, cultivo, produção e distribuição (mudas, matéria vegetal ou derivados terapêuticos), através do Sistema Único de Saúde (SUS); 2. formação permanente de profissionais da saúde ligados direta ou indiretamente à

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

terapêutica canábica, envolvendo agentes sociais atuantes no cultivo, produção e distribuição de derivados medicinais da Cannabis; 3. Estruturar parcerias entre universidades e as diferentes Secretarias de Governo para avançar nas pesquisas Agronômicas (plantas por patologia, banco de gemoplasma, variedades por clima e composição de canabinoides, etc.), Antropológicas e Sociológicas (usos históricos e contemporâneos da planta em contextos populares, tradicionais e religiosos), Pré-clínicas e Clínicas; 4. em meio a esse processo implementar a Primeira Farmácia Viva da Paraíba com base na fitoterapia e do uso tradicional (consideração da experiência popular de comunidades e povos tradicionais e originários que tenham a Cannabis enquanto tradicionalmente legitimada);

- Estruturar na saúde paraibana as farmácias vivas e centros de terapias alternativas;
- Construir e garantir funcionamento de casas de parto nas diferentes regiões da Paraíba;
- Produzir sistema informatizado de agendamento de atendimentos, exames, cirurgias e fornecimento de medicamentos, que permita o acompanhamento por parte dos/as usuários/as, garantindo transparência, evitando privilégios e reduzindo o tempo de espera;
- Inserir as Doulas, por meio de concurso público, no serviço de saúde da Paraíba, nas unidades já existentes e nas Casas de Parto criadas por nosso Governo, como forma de aperfeiçoar o serviço e fortalecer a soberania da mulher;
- Estruturar o Clementino Fraga e o Laboratório Trans de modo a garantir continuidade aos tratamentos, acabando com a atual interrupção nos tratamentos transicionais e de HIV/AIDS.

5.14 – COMUNICAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA

Com a Secretaria de Estado de Política Pública para a Comunicação Social nosso Governo passará a estruturar a dimensão pública da política de Comunicação Social do Estado e será responsável pelo Sistema Público de Comunicação da Paraíba. A criação do Conselho Estadual de Comunicação Social soma-se a este sistema enquanto instância de fiscalização, regulação e acompanhamento social do setor, ambiente de debates e

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA

ELEIÇÕES 2018

deliberações composto por Poder Público e Sociedade Civil que também terá a atribuição de fiscalizar os investimentos do Governo do Estado para veículos e sistemas de comunicação que ataquem os Direitos Humanos.

Em nosso Governo, a Publicidade Oficial funcionará para além da simples divulgação das ações do governamentais, cumprirá uma importante função social no sentido de difundir novas práticas e mudanças coletivas, empreendendo processos educativos. Campanhas para a igualdade de gênero e para a diversidade humana, de preservação ambiental, respeito no trânsito, uso consciente da água, além de outras, como divulgação dos mestres da cultura popular, dos artistas locais e dos agentes dos movimentos sociais serão alguns dos aspectos que iremos valorizar.

O Sistema Público de Comunicação da Paraíba será formulado com a participação direta da sociedade civil e favorecerá o fortalecimento das identidades culturais com a pluralidade existente na Paraíba e atenderá às finalidades elencadas na constituição (educativas, artísticas, culturais e informativas), entre outras importantes questões. Vejamos outras ações importantes para estruturar o Sistema de forma descentralizada e transversal:

- Criação da primeira TV Pública do Governo do Estado da Paraíba, priorizando o conteúdo regional e o audiovisual paraibano. Essa TV terá estrutura de gestão democrática, composta por conselhos de programação, fiscal, entre outros que sejam definidos pelo Conselho Estadual de Comunicação Social, instância que fará parte do Congresso do Povo para acompanhar essa temática específica;
- Ampliar o sinal da Rádio Tabajara para toda Paraíba e incorporá-la ao Sistema Público de Comunicação da Paraíba;
- Fomentar nos municípios paraibanos a produção de comunicação pública e comunitária através de políticas específicas;
- Publicar Edital Estadual “Pontos de Mídia” incentivando iniciativas midialivristas, comunitárias e populares em comunicação, especialmente as vinculadas aos quilombolas, indígenas e acampados e assentados na luta pela terra. Reconhecer agentes já existentes, propondo uma política de produção de conteúdo sobre a Paraíba, sua cultura, sua arte e sua gente;
- Implementar junto com a Secretaria de Estado da Educação um Programa de Educomunicação nas escolas, trabalhando com a juventude a educação para as

PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL PARA PARAÍBA
ELEIÇÕES 2018

mídias, com ênfase na leitura crítica e na produção de novas narrativas junto a juventude;

- Criação da PBCine - Agência Paraibana de Cinema para promover o desenvolvimento, financiamento e fomento de programas e políticas para os segmentos da cadeia produtiva do audiovisual (cinema, internet, TV, jogos eletrônicos, realidade virtual e novos meios).

AGRADECIMENTO

Agradecemos a todos e todas que contribuíram com a construção desse programa, desde aqueles e aquelas que estiveram nas mesas de debate compartilhando seu conhecimento técnico e profissional, até os/as que acompanharam e deram suas contribuições, presencialmente e pela internet, nas atividades realizadas, e também aqueles e aquelas que contribuíram com a revisão e sistematização deste documento permitindo que hoje tenhamos as melhores propostas para juntos e juntas Construir Poder Popular.